

Menu



Fumus Boni Iuris

Buscar

PUBLICIDADE

Blogs / **Fumus Boni Iuris**



Fumus Boni Iuris

Relatos e análises sobre as decisões mais importantes da Justiça brasileira.



Fumus Boni Iuris

Relatos, análises e opiniões sobre as decisões mais importantes da Justiça brasileira por um time de especialistas do Direito.

Ronaldo Porto Macedo Junior: Punir jornais em razão de entrevistas? STF erra feio

Decisão da Corte praticamente impõe um dever de censura prévia, e o que causa maior preocupação é que os efeitos antidemocráticos e iliberais podem irradiar seus efeitos a muitos outros julgados

Por Ronaldo Porto Macedo Junior*

01/12/2023 15h40 · Atualizado há um ano



A sede do Supremo Tribunal Federal, iluminada de laranja — Foto: Gustavo Moreno/STF

A relação entre a imprensa e a liberdade de expressão é complexa e muito importante. Por um lado, todos sabemos que a liberdade de expressão é um dos mais importantes direitos fundamentais garantidos constitucionalmente. As razões invocadas para isso são múltiplas. Algumas

[Menu](#)

Fumus Boni Iuris

autoexpressão dos indivíduos, a sua contribuição para o debate de ideias e teorias (usualmente designado como argumento do *Mercado das Ideias*) e também o seu papel na legitimação democrática do poder. Estas justificativas são usualmente aceites para garantir a liberdade de expressão do indivíduo. Estas costumam ser designadas *razões de princípio* para a defesa da liberdade de expressão.

CONTINUA DEPOIS DA PUBLICIDADE

Haveria alguma razão especial ou adicional para proteger a liberdade de imprensa? Diversos teóricos da liberdade de expressão e a própria jurisprudência dominante em países democráticos entendem que sim. Isto porque, ao lado de a liberdade de imprensa ser um veículo fundamental para a expressão individual, ela cumpre também uma função particularmente importante para garantir a efetividade do processo democrático e para a vitalidade da esfera pública. É trivial reconhecer que a imprensa livre em diversos contextos nacionais ocupou e ocupa um papel



constantes de violências, e também garantia de informações livres para os cidadãos. Em razão disso, foi historicamente reconhecida uma função particular e importante para a imprensa. A história das lutas democráticas modernas fomentou o surgimento de uma razão de política (objetivo social relevante) para garantir uma proteção especial a imprensa. O argumento é o de que, ao lado de ser veículo para o direito individual, a liberdade de expressão, ela presta um serviço relevante para a sociedade, ao investigar, comunicar, dar transparência e informação para que os cidadãos possam decidir suas escolhas individuais e políticas de modo mais responsável e consciente.

- **Anderson Schreiber: Quem ganha com o embate entre Congresso e STF?**

O caso paradigmático sobre o tema na jurisprudência contemporânea é o *New York v. Sullivan* (1964), decidido pela Suprema Corte americana, já comentado **nesta coluna**. Esse julgado basicamente protegia a liberdade de imprensa para responsabilizá-la, *apenas* em caso de em que a vítima de informação errada ou falsa provasse que a afirmação *realizada pelo veículo de imprensa* tivesse sido feita com malícia real (“*actual malice*”) — isto é, com o conhecimento de que era falsa ou com desrespeito imprudente (“*reckless disregard*”) sobre se ela era falsa ou não.” Desta forma, segundo aquele importante precedente, não basta a ocorrência do dano à imagem, nem a veiculação de mensagem ofensiva a valores abstratos como a dignidade humana ou outro valor fundamental, sendo exigido o dano individual causado em razão de **falta da parte do agente da imprensa**. A decisão claramente visou proteger a imprensa, ampliando a sua imunidade em razão do relevante interesse público envolvido no incentivo a uma imprensa livre e ativa, livre de ameaças de ações indenizatórias ou criminais que possam importar numa *forma indireta de censura*, a saber, o



A recente decisão do **STF** realizada nesta semana em sede Recurso Extraordinário (RE) 1075412, com repercussão geral (Tema 995), é preocupante e equivocada. A decisão tomada por 9 a 2 trata de questionamento de decisão do Superior Tribunal de **Justiça** que condenou o Jornal Diário de Pernambuco ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 50 mil, para o ex-deputado Ricardo Zaratini, que se sentiu ofendido em razão de teor de entrevista publicada naquele veículo em 1995.

O entrevistado, Wandenkolk Wanderley, ex-delegado de polícia e político pernambucano com atuação nos anos 1960 e 1970, e muito conhecido por suas posições anticomunistas (falecido em 2002), era alinhado ao regime militar e acusou Zaratini de ser responsável por um atentado a bomba, em 1966, no Aeroporto dos Guararapes (PE), que resultou em 14 feridos e na morte de duas pessoas. O julgamento reconheceu que na época em que a entrevista foi publicada, já havia indícios de que tal acusação era manifestamente falsa. A evidência disso residia no fato de que o político Zaratini jamais foi acusado no processo judicial que apurava o crime e no fato de que várias testemunhas já tinham excluído sua participação nos fatos imputados. A entrevista foi publicada pelo jornal sem qualquer alerta de que a afirmação era controvertida e não comprovada. O jornal tampouco garantiu o direito de resposta do ativista sobre as informações alegadamente inverídicas. Estes foram os fatos.

- **Caroline Somesom Tauk:** **Um ChatGPT para o Judiciário**

Em sua decisão majoritária o STF manteve a condenação dada pelo STJ e fixou o entendimento de que “as empresas têm o dever de verificar a



das Supremacia das Leis, do voto vencedor, o ministro Luiz Fux afirmou

observou que a Constituição proíbe a censura prévia, mas a liberdade de imprensa e o direito à informação não são absolutos, o que possibilita a responsabilização posterior em caso de divulgação de notícias falsas. Ele foi acompanhado pelos ministros Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Luiz Fux, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski (aposentado), Gilmar Mendes e Luís Roberto Barroso (presidente) e a ministra Carmen Lúcia. Ficaram vencidos o relator original, ministro Marco Aurélio (aposentado), e a ministra Rosa Weber (aposentada) que consideram que, se a empresa jornalística não emitir opinião sobre a acusação falsa, não deve estar sujeita ao pagamento de indenização.

Eis a súmula da decisão vencedora: **Decisão:** *Em continuidade de julgamento, o Tribunal, por unanimidade, fixou a seguinte tese (tema 995 da repercussão geral): “1. A plena proteção constitucional à liberdade de imprensa é consagrada pelo binômio liberdade com responsabilidade, vedada qualquer espécie de censura prévia. Admite-se a possibilidade posterior de análise e responsabilização, inclusive com remoção de conteúdo, por informações comprovadamente injuriosas, difamantes, caluniosas, mentirosas, e em relação a eventuais danos materiais e morais. Isso porque os direitos à honra, intimidade, vida privada e à própria imagem formam a proteção constitucional à dignidade da pessoa humana, salvaguardando um espaço íntimo intransponível por intromissões ilícitas externas. 2. Na hipótese de publicação de entrevista em que o entrevistado imputa falsamente prática de crime a terceiro, a empresa jornalística somente poderá ser responsabilizada civilmente se: (i) à época da divulgação, havia indícios concretos da falsidade da imputação; e (ii) o veículo deixou de observar o dever de cuidado na verificação da veracidade dos fatos e na divulgação da existência de tais indícios”. Redigirá o acórdão*



O que há de preocupante na decisão é o fato de que ela praticamente impõe um dever de censura prévia, contrariamente ao que ela mesma alega em sua ementa e resumo, em face de conteúdos contidos em entrevistas. Aqui o primeiro problema, visto que a Constituição não apenas veda a censura prévia pelo Estado, como também como também proíbe a “autocensura induzida”, ou silenciamento, sob a ameaça de responsabilidade civil posterior. Ademais, e aqui um segundo problema, ela desloca a responsabilidade do agente que dá a informação e faz a alegação ao veículo de imprensa! Tal fato certamente desencoraja que o jornal publique entrevistas de forma livre e informativa.

Não se argumenta aqui que inexiste crime contra a honra por parte de quem faz alegação ou acusação falsa ou danosa a reputação de alguém de forma ilícita. Crimes contra a honra existem e estão previstos no direito de praticamente todos os países. Contudo, a responsabilidade deve recair sob o autor da alegação, e não ao meio jornalístico que a divulga.

Pensemos em alguns exemplos: imagine que um jornal realize uma entrevista com um importante personagem público negacionista (que negue a ocorrência do Holocausto ou dos crimes de Stálin). Imaginemos que, no caso dos crimes de Stalin, atribua a culpa às vítimas pelas ações criminosas, considerando-as “traidores e não-patriotas”. Deveria o jornal censurar a entrevista porque o teor da entrevista está em desacordo com os fatos hoje conhecidos? Mas a opinião do entrevistado não seria importante, ainda que errada e falsa (e talvez por isso mesmo), para que o público em geral a conhecesse? Não é importante e relevante conhecer o que pensam os que pensam errado?



Outro exemplo. Deveríamos censurar uma entrevista com importante político turco que negue a ocorrência do genocídio armênio e novamente atribua as vítimas a culpa pelos crimes cometidos? Exemplos em guerras atuais também poderiam servir para nossa reflexão, visto que mentiras diárias são ditas sobre crimes e fatos que já são conhecidos.

Contudo, talvez exemplos mais próximos e nacionais sejam ainda mais eloquentes. Deveria um veículo de informação censurar entrevista de político que negue que tenha ocorrido corrupção no Caso Mensalão, já julgado pelo STF? Ou ainda, que atribua as condenações a falhas morais dos julgadores em face da inexistência de provas?

Imaginem também se um político brasileiro tivesse parte de sua entrevista censurada porque nega a ocorrência de tortura no Brasil. Ou fosse “editado e censurado” porque imputa a um político X a prática de crimes pelos quais este último acaba sendo inocentado. Não seria do interesse dos cidadãos conhecer o que pensam estes políticos?

Talvez valha a pena lembrar que muitos depoimentos deste tipo hoje são gravados e arquivados até mesmo como memória nacional da consciência de alguns atores e protagonistas de nossa história. Neste caso, não é apenas a verdade que se protege, mas também a versão, que faz parte das próprias narrativas que constituem a História. A imprensa livre tem realizado importante papel ao auxiliar na preservação dessa memória.

O precedente do STF é muito preocupante e potencialmente antidemocrático, visto que atribui ao jornal um dever de zelar pela verdade não apenas nos casos limitados fixados pelo famoso precedente *New York v.*



proteção da liberdade de imprensa, como da a responsabilidade do jornal de censurar o que não for verídico ao jornal, mesmo quando não são os jornalistas os produtores da notícia ou da informação.

Esta é uma responsabilização imprópria e perigosa, pois além de induzir o jornal a autocensura das entrevistas, silenciando-o e, de certa forma fomentando a censura (inclusive a censura prévia), limita o acesso ao cidadão a informações que *e*le pode julgar relevantes, inclusive para conhecer melhor o próprio entrevistado! Insista-se que uma entrevista não é um mero repositório de informações, mas também de opiniões, valores e impressões, que, como tal, podem também ser do interesse dos cidadãos e, por isso mesmo, estão protegidas pela liberdade de expressão. Vale lembrar que a liberdade de imprensa, por ser também um objetivo socialmente desejável, dever ser incentivada e protegida, tal como reconhecido no caso *New York v. Sullivan* e nunca limitada.

Por fim, cabe lembrar outro ponto já discutido **nesta coluna** a respeito a respeito dos limites da proteção a honra e dignidade das autoridades públicas. Não vou retomar o argumento por inteiro, mas apenas relembrar que “as autoridades e personalidades públicas, em razão de sua condição, deveriam estar aptas a suportar uma dose comum de críticas públicas. Elas, na medida em que ingressavam no âmbito de interesses públicos, deveriam ter uma ‘pele mais grossa’, apta e preparada para receber críticas com certa frequência e naturalidade. Este seria um preço a pagar numa sociedade livre e democrática.” No caso examinado pelo STF, entrevistado e vítima eram políticos e estavam sujeitos a esta condição especial, o que deveria merecer especial atenção por parte de seus ministros.

O caso também gera profundas dúvidas sobre os limites de sua aplicação e

Menu



Fumus Boni Iuris

rentas pela TV e outros meios eletrônicos de comunicação.

O que causa maior preocupação é que os efeitos antidemocráticos e iliberais dessa decisão podem irradiar seus efeitos a muitos outros julgados, visto que os parâmetros definidos no RE 1075412 serão aplicados a pelo menos 119 casos semelhantes que aguardavam a definição do Supremo.

Resta torcer para que, nesse assunto, o Supremo nos ofereça mais uma de suas reviravoltas (coisa que em si mesmo não é nada bom), dessa vez por uma causa mais liberal e em defesa da liberdade de expressão e da imprensa e da democracia.

**Ronaldo Porto Macedo Junior é professor de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da USP*

< Mais recente

Próxima >

JUSTIÇA

STF



SIGA

Menu



Fumus Boni Iuris



EDIÇÕES | GLOBO CONDÉ NAST



O Globo

Extra

CBN

Valor

Pipeline

Valor Investe

Autoesporte

BHFM

Casa e Jardim

Casa Vogue

Crescer

Época Negócios

Galileu

GQ

Glamour

Globo Rural

Marie Claire

Monet

PEGN

Quem

Rádio Globo

TechTudo

Um Só Planeta

Vida de Bicho

Menu



Fumus Boni Iuris

[QUEM SOMOS](#)

[PORTAL DO ASSINANTE](#)

[FALE CONOSCO](#)

[TERMOS E CONDIÇÕES](#)

[TRABALHE CONOSCO](#)

[POLÍTICA DE PRIVACIDADE](#)

[PRINCÍPIOS EDITORIAIS](#)

[ANUNCIE](#)

[MINHA EDITORA](#)

© 1996 - 2024. Todos direitos reservados a Editora Globo S/A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.